

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



2

Atena
Editora
Ano 2021

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



2

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 2 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-482-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.822211509>

1. Ciências da Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Este e-book intitulado “Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana” leva ao leitor um retrato da diversidade conceitual e da multiplicidade clínica do binômio saúde-doença no contexto brasileiro indo ao encontro do versado por Moacyr Scliar em seu texto “História do Conceito de Saúde” (PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007): “O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas”.

Neste sentido, de modo a dinamizar a leitura, a presente obra que é composta por 107 artigos técnicos e científicos originais elaborados por pesquisadores de Instituições de Ensino públicas e privadas de todo o país, foi organizada em cinco volumes: em seus dois primeiros, este e-book compila os textos referentes à promoção da saúde abordando temáticas como o Sistema Único de Saúde, acesso à saúde básica e análises sociais acerca da saúde pública no Brasil; já os últimos três volumes são dedicados aos temas de vigilância em saúde e às implicações clínicas e sociais das patologias de maior destaque no cenário epidemiológico nacional.

Além de tornar público o agradecimento aos autores por suas contribuições a este e-book, é desejo da organização desta obra que o conteúdo aqui disponibilizado possa subsidiar novos estudos e contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas em saúde em nosso país. Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

PROMOÇÃO DA SAÚDE, PARTE II

CAPÍTULO 1..... 1

IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR PARA AVALIAR O RISCO DE DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM TRABALHADORES

Luiza Lima Oliveira
Roberto Navarro Rocha Filho
Rodrigo Barreto Rodrigues Condé
Sofia da Silva Pinto
Rodrigo Toledo de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115091>

CAPÍTULO 2..... 9

INSERÇÃO E EXPERIÊNCIA DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA NA CLÍNICA PSIQUIÁTRICA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS EM BELÉM DO PARÁ

Luiza Ariel Souza de Souza
Isaac Raiol Marvão
Rosyanne Maria Matos Carvalho
João Bosco Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115092>

CAPÍTULO 3..... 17

O ACOLHIMENTO E AS SUAS REPERCUSSÕES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Gabriela Gianichini Silva
Sandra de Araújo Teixeira
Flaiane Rampelotto Penteadó
Gehysa Guimarães Alves
Ângela Maria Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115093>

CAPÍTULO 4..... 33

O PAPEL DOS COMITÊS DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE

Laylla Veridiana Castória Silva
Beatriz Santana Caçador
Thalyta Cássia de Freitas Martins
Ramon Augusto de Souza Ferreira
Larissa Bruna Bhering Silva
Rodolfo Gonçalves Melo
Hugo Barcelos de Matos
Amanda de Paula Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115094>

CAPÍTULO 5..... 42

OCORRÊNCIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL POR PARTE DOS DISCENTES DE MEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

Mariana Silva Vargas
Laís Moreira Borges Araújo
Isabelle Cristina Cambraia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115095>

CAPÍTULO 6..... 50

PLANILHA VIRTUAL APRIMORA CONTABILIDADE DAS RECEITAS E DESPESAS DE SAÚDE

Rosangela Ianes
Luana Carla Tironi de Freitas Giacometti
Marcia Regina Rossi
Clodoaldo Fernandes dos Santos
Marcelo Fontes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115096>

CAPÍTULO 7..... 52

PRIMEIROS SOCORROS: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Eduardo Fardin
Ana Paula Poletto
Afonso Alencar de Souza Seganfredo
Daniele Soares Feijó de Barros
Gabriel Lottici
Míria Elisabete Bairros de Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115097>

CAPÍTULO 8..... 64

PROGRAMA MAIS SAÚDE: DIABETES E COMORBIDADES

Melissa Maia Bittencourt
Riani Ferreira Guimarães
Arthur Vieira Piau
Viviane Flores Xavier
Juliana Cristina dos Santos Almeida Bastos
Tatiane Vieira Braga
Rosana Gonçalves Rodrigues-das-Dôres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115098>

CAPÍTULO 9..... 73

PROJETO RECANTO MAMÃE PELICANO DE AMAMENTAÇÃO E RELACTAÇÃO: FORTALECENDO AS BOAS PRÁTICAS NO VÍNCULO DO BINÔMIO MÃE-BEBÊ

Alzira Aparecida da Silveira
Maycon Igor dos Santos Inácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115099>

CAPÍTULO 10..... 81

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO MÉTODO DMAIC EM UMA EMERGÊNCIA PARA MELHORIA DO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Danielle da Silva Lourenço

Deise Ferreira de Souza

Cláudio José de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150910>

CAPÍTULO 11 95

PSICOPATIA POLÍTICA: ANÁLISE PSICOJURÍDICO ACERCA DOS MOTIVOS DESSA BUSCA INCANSÁVEL PELO DINHEIRO E PODER

Angélica de Souza Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150911>

CAPÍTULO 12..... 110

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA

Marli Elisabete Machado

Aline dos Santos Duarte

Tábata de Cavatá Souza

Mari Ângela Victoria Lourenci Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150912>

CAPÍTULO 13..... 114

RE(SIGNIFICANDO) O USO DE MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS ENTRE ADOLESCENTES: FATORES QUE INFLUENCIAM A ADEÇÃO, EFEITOS COLATERAIS E ALTERAÇÕES FISIOLÓGICAS A PARTIR DE UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anderson Poubel Batista

Beatriz Carvalho Soares

Beatriz Cunha Gonçalves

Bruna Alacoque Amorim Lima

Cecília Soares Tôres

Guilherme Lucas de Oliveira

Heloisa Botezelli

Leonardo Albano Alves Maria

Manuela Luiza de Souza Fernandes

Nathalia de Araujo Lima

Isabella Hayashi Diniz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150913>

CAPÍTULO 14..... 128

RESILIÊNCIA DOS FAMILIARES CUIDADORES DE PACIENTES IDOSOS: UM ATO DE CUIDAR

Marli Elisabete Machado

Márcio Manozzo Boniatti

Aline dos Santos Duarte

Mari Ângela Victoria Lourenci Alves

Tábata de Cavatá Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150914>

CAPÍTULO 15..... 135

SAÚDE DIGITAL E OS DESAFIOS DE SUA INSERÇÃO NA PRÁTICA FARMACÉUTICA

Josué Ferreira Coutinho

Hílton Antônio Mata dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150915>

CAPÍTULO 16..... 146

SAÚDE DO TRABALHADOR DA SAÚDE E AS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lívia Santana Barbosa

Mariana Machado dos Santos Pereira

Carine Ferreira Lopes

Renata de Oliveira

Magda Helena Peixoto

Heliamar Vieira Bino

Juliana Sobreira da Cruz

Emerson Gomes de Oliveira

Júnia Eustáquio Marins

Rogério de Moraes Franco Júnior

Lídia Fernandes Felix

Thays Peres Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150916>

CAPÍTULO 17..... 155

SAÚDE DO TRABALHADOR: PERDA AUDITIVA OCUPACIONAL

Marluce Luciana de Souza

Carla Aparecida de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150917>

CAPÍTULO 18..... 163

UMA AVALIAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE RESOLUTIVA DA OTORRINOLARINGOLOGIA ANTES E PÓS COVID-19

Francisco Alves Mestre Neto

Rodolfo Fagionato de Freitas

Marcos Antônio Fernandes

João Bosco Botelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150918>

CAPÍTULO 19..... 174

USO DE ANTIBIÓTICOS NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Thais Barjud Dourado Marques

Aline Viana Araujo

Ítalo Raniere Jacinto e Silva

Valéria Sousa Ribeiro
José Lopes Pereira Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150919>

CAPÍTULO 20..... 186

USO DE PLANTAS MEDICINAIS – DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Cláudia de Macêdo Vieira
Thacid Kaderah Costa Medeiros
Silviane dos Reis Andrade Barros
Jessica Borsoi Maia do Carmo
Ana Paula Ribeiro de Carvalho Ferreira
Mariana Aparecida de Almeida Souza
Luciene de Andrade Quaresma Ferreira
João Paulo Guedes Novais
Paulo Fernando Ribeiro de Castro
Filipe dos Santos Soares
Priscila Barbosa Vargas
Tatiana Ungaretti Paleo Konno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150920>

CAPÍTULO 21..... 196

USO DO LEGO® PARA AVALIAR A MOTRICIDADE FINA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE IRMÃOS TÍPICOS NESSE PROCESSO

Mariana Torres Kempa
Andressa Gouveia de Faria Saad
Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150921>

CAPÍTULO 22..... 209

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DA INVISIBILIDADE AO ENFRENTAMENTO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Nayra Carla de Melo
Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato
Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Edinilza Ribeiro dos Santos
Mônica Pereira Lima Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150922>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 216

ÍNDICE REMISSIVO..... 217

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DA INVISIBILIDADE AO ENFRENTAMENTO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Nayra Carla de Melo

Universidade Federal de Rondônia,
Departamento de Enfermagem
Porto Velho-RO
<https://orcid.org/0000-0002-7474-661X>

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

Universidade do Estado do Amazonas, Escola
Superior de Ciências da Saúde
Manaus-AM
<https://orcid.org/0000-0003-4706-0185>

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro

Universidade do Estado do Amazonas, Escola
Superior de Ciências da Saúde
Manaus-AM
<https://orcid.org/0000-0002-7641-1004>

Edinilza Ribeiro dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas, Escola
Superior de Ciências da Saúde
Manaus-AM
<https://orcid.org/0000-0002-3188-0114>

Mônica Pereira Lima Cunha

Universidade Federal de Rondônia,
Departamento de Enfermagem
Porto Velho-RO
<https://orcid.org/0000-0003-0130-9846>

a institucionalização do parto, além da mudança de cenário, houve sedimentação de violação de direitos femininos ancorada na cultura patriarcal que desconsidera a autonomia e o poder de decisão da mulher, tornando-a passiva a procedimentos violentos e imperceptíveis, em virtude de conceitos perpetuados e equivocados sobre a medicalização do parto. Para resgatar o protagonismo feminino no nascimento, movimento de mulheres e sociedade civil buscam mudança no modelo hegemônico na obstetrícia defendendo políticas públicas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos e inibam práticas violentas no ciclo gravídico puerperal. **Objetivo:** Discorrer e refletir sobre a emergência da violência obstétrica e seu enfrentamento no cenário assistencial brasileiro. **Metodologia:** Trata-se de manuscrito opinativo e reflexivo baseado na vivência prática em obstetrícia complementada com revisão narrativa de literatura. **Conclusão:** O enfrentamento de violência naturalizada no cuidado obstétrico somente será possível com mudanças na formação acadêmica e permanente dos profissionais, ressignificação do processo de nascimento pelas mulheres e familiares, políticas públicas de saúde condizentes com o modelo humanístico e arcabouço legal capaz de inibir a transgressão de direitos adquiridos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulher. Gravidez. Parto. Políticas Públicas.

RESUMO: O parto é o desfecho fisiológico do ciclo reprodutivo feminino com potencial para transformação na vida da mulher e família. Com

OBSTETRIC VIOLENCE: FROM INVISIBILITY TO SOCIAL CONFRONTATION IN PUBLIC HEALTH POLICIES

ABSTRACT: Childbirth is the physiological outcome of the female reproductive cycle with the potential to transform women's and family's lives. With the institutionalization of childbirth, in addition to the change of scenario, there was a sedimentation of violation of women's rights anchored in the patriarchal culture that disregards women's autonomy and decision-making power, making them passive to violent and imperceptible procedures, due to perpetuated concepts and mistaken about the medicalization of childbirth. To rescue the female protagonism at birth, the women's movement and civil society seek to change the hegemonic model in obstetrics, defending public policies that guarantee sexual and reproductive rights and inhibit violent practices in the pregnancy-puerperal cycle. Objective: To discuss and reflect on the emergence of obstetric violence and its confrontation in the Brazilian healthcare scenario. Methodology: This is an opinionated and reflective manuscript based on practical experience in obstetrics complemented with a narrative review of the literature. Conclusion: Coping with violence naturalized in obstetric care will only be possible with changes in the academic and continuing education of professionals, re-signification of the birth process by women and their families, public health policies consistent with the humanistic model and legal framework capable of inhibiting transgression of acquired rights.

KEYWORDS: Violence against women. Pregnancy. Childbirth. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é uma violação de direitos das mulheres que se mantém invisível nos serviços de saúde e na sociedade. Dados que retratam o cenário obstétrico brasileiro demonstraram que uma em cada quatro mulheres sofreram violência durante a assistência ao parto e das que abortaram, metade relataram situações semelhantes (VENTURI; GODINHO, 2013). Além disso, o Brasil ocupa a segunda posição, no mundo, de extração fetal por cesariana com um índice de 40% nos serviços públicos e 85% no setor privado, refletindo o descrédito na fisiologia do parto (BRASIL, 2016). Essa realidade incrementa o panorama iatrogênico e tecnocrático da assistência a mulheres no período gravídico-puerperal subsidiado por uma cultura predominantemente patriarcal que desconsidera a mulher enquanto detentora de autonomia para decidir voluntariamente sobre seu corpo e sua sexualidade.

O modelo obstétrico contemporâneo foi estabelecido com mudanças de cenários e atores protagonistas; de evento familiar, feminino e social passou a ser formal, intervencionista e despersonalizado, sedimentando um cenário controlado por uma assistência biomédica (DE SÁ et al., 2017). A partir da revolução industrial, em prol da redução das elevadas taxas de mortalidade materna e infantil, surgiram novas descobertas sobre o mecanismo de parto incorporadas no campo da obstetrícia no processo de formação de médico cirurgião (DO NASCIMENTO CARNEIRO, 2018). Aos poucos a figura masculina adentrou no cenário do nascimento, no gerenciamento da saúde feminina e

no controle das práticas relativas ao corpo feminino, interferindo diretamente na atuação das parteiras que passaram a ser treinadas e certificadas, de acordo com os preceitos da ciência “correta”, para garantir a regularização do seu ofício (DE SOUSA LIMA, 2018). Assim, surgiram questionamentos sobre a segurança e qualidade dos cuidados prestados somente pelas parteiras em domicílio, tornando-as subordinadas aos profissionais médicos ou marginalizadas em relação ao atendimento à mulher.

Os avanços tecnológicos e científicos capilarizaram na sociedade a visão patológica do parto e nascimento, com dor, sofrimento e exposição ao risco de morte, necessitando de intervenções e profissionais qualificados, disponíveis somente em locais seguros e apropriados, os hospitais. Nesse contexto, a cirurgia cesariana ganhou status de “salvação” para reduzir danos e mortes maternas e neonatais, mesmo sem evidências sólidas de sua segurança em relação ao parto domiciliar (DE SOUSA LIMA, 2018).

Percebe-se, então, que a medicalização dos processos fisiológicos femininos tem corroborado para uma atuação assistencial com saber técnico-científico unilateral, bem como, para a ocultação do protagonismo feminino e a execução de condutas violentas e desrespeitosas. Tais práticas amparadas por inúmeras justificativas sem comprovação científica, não somente contribuem para a despersonificação da mulher como aceleram o processo fisiológico do parto aumentando os riscos de desfechos desfavoráveis para binômio mãe e recém-nascido.

Com vista a refletir e discorrer sobre a emergência da violência obstétrica no cenário assistencial brasileiro, políticas públicas formuladas e o papel da sociedade civil frente a este problema de saúde pública, propõe-se um artigo opinativo subsidiado com revisão narrativa de literatura e vivências do cuidar obstétrico.

2 | METODOLOGIA

Este artigo opinativo e reflexivo é produto de vivências práticas e revisão narrativa de literatura proposto pela disciplina Políticas públicas de saúde e suas interfaces com as práticas e a formação em saúde do Curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Enfermagem em Saúde Pública da Universidade do Estado do Amazonas, ocorrida no primeiro semestre de 2019.

3 | RESULTADOS

Após a Segunda Guerra Mundial emergiram as primeiras inquietações governamentais referente a saúde materno-infantil em virtude da permanência dos altos índices de mortes nesses grupos de indivíduos. Em consonância com essa preocupação mundial, na década de 50 o feminismo ascende nos Estados Unidos reivindicando uma assistência baseada em direitos, sendo estes, reprodutivos, sexuais e humanos - Reforma do Parto. Nas décadas de 60 e 70 foram criados os Coletivos de Saúde das Mulheres e os

Centros de Saúde Feminista (MENDONÇA, 2015).

No Brasil, em 1974, o Ministério da Saúde implantou o primeiro Programa Brasileiro de Saúde Materno-infantil, visando apenas garantir a assistência à mulher no ciclo gravídico puerperal, sendo veementemente criticado pelo movimento feminista brasileiro que o avaliou como reducionista por considerar somente questões da procriação. Tal fato, culminou para que, em 1983, fosse implementado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), um marco histórico no que tange a estratégias públicas de assistência à mulher, pois visava a redução da iniquidade dos indicadores epidemiológicos relativos à saúde da mulher e a ampliação do direito reprodutivo, além disso, iniciou-se movimentação social em busca da garantia de direitos de cidadania, da reestruturação de política públicas, da organização e do acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 1983).

As décadas de 80 e 90, no Brasil, foram marcadas por intensas discussões sobre a assistência obstétrica vigente, caracterizada pelo uso excessivo de tecnologias e intervenções de baixa resolutividade e insatisfação das mulheres. Surge então, em 1993, a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (REHUNA), movimento que denunciou os atos violentos e os constrangimentos vivenciados pelas mulheres no parto vaginal por meio de imposição de normas e rotinas, intervenções desnecessárias, humilhação e violência verbal e física.

Ainda na década de 90, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou as Recomendações para Assistência Segura ao Parto Normal, produzidas em uma conferência sobre tecnologia apropriada no parto, inspirando muitas ações de mudança com intuito de resgatar o parto fisiológico e garantir o protagonismo feminino e familiar em todo processo. Essas recomendações foram replicadas para profissionais de todo o Brasil, e a partir de então vários dispositivos legais e políticos foram formulados para garantir uma assistência de qualidade e segura ao binômio mãe-bebê (BOURGUIGNON; GRISOTTI, 2018).

Percebe-se que tais iniciativas reconheciam a necessidade do enfrentamento dos tratamentos impessoais e agressivos a mulher com a promoção de direitos humanos. Contudo, o termo violência não era claramente abordado nestes documentos temendo reações negativas por parte de profissionais, formados nos padrões mecanicistas, que não reconheciam a patologização do processo de nascimento como prática de violação dos direitos e grave problema de saúde pública.

Somente neste século, os cuidados prestados à mulher no período gravídico puerperal começaram a ser exaustivamente estudados e a visibilidade do termo violência obstétrica tornou-se pública após a Organização Mundial de Saúde caracterizá-lo como todo e qualquer abuso, desrespeito e maus-tratos, durante o parto, executado por qualquer profissional ou instituição de saúde. Tal definição veio acompanhada de recomendações, divulgadas em cinco idiomas, para o seu enfrentamento (OMS, 2014).

É notório que essas diretrizes não provocaram grandes impactos no panorama assistencial brasileiro, a Taxa de Mortalidade Materna mantém-se em patamar elevado

com 62/100 mil nascidos vivos. Além disso, os dados nacionais revelam que 92% dos óbitos, quando investigados, poderiam ter sido evitados, denotando que as implicações da violência obstétrica para a morbimortalidade materna estão relacionadas ao risco adicional associado aos eventos adversos no manejo inadequado no processo de parto e nascimento (ÁFIO et al., 2014; DINIZ et al., 2015).

O posicionamento de grupos de mulheres organizados frente a cobrança por investigação de práticas violentas ocorridas nas maternidades tencionou o Legislativo Brasileiro por formulações legais que tratassem sobre a violação dos direitos femininos no período gravídico-puerperal.

Atualmente o sistema jurídico brasileiro possui legislação nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas a respeito da violência obstétrica. Na esfera jurídica federal há projetos de leis, em tramitação no Congresso Nacional desde 2014, que dispõem sobre as diretrizes e os princípios inerentes aos direitos da mulher durante a gestação, pré-parto e puerpério, bem como a erradicação da violência obstétrica. Apesar da inexistência de uma lei específica, os atos de violência obstétrica estão assegurados no Código Penal e caracterizados como crimes de homicídio, de lesão corporal, de omissão de socorro e contra a honra (BRASIL, 1940).

Apesar de toda mobilização para inibir esse tipo agressão contra a mulher, recentemente a sociedade civil foi surpreendida pelo posicionamento do órgão do governo federal (Ministério da Saúde - MS), responsável pela promoção, proteção e recuperação da *saúde* da população, defendendo que o termo “violência obstétrica” tem conotação inadequada e não enquadra-se na definição da Organização Mundial de Saúde e das publicações científicas (BRASIL, 2019a).

Tal fato provocou um descontentamento social que culminou em um inquérito civil, movido pelo Ministério Público Federal (MPF), pautado em diversas denúncias de mulheres violentadas e humilhadas no processo de parturição, solicitando o retratamento e reconhecimento, por parte do MS, do termo assim como o dever de adotar estratégias resolutivas para o combate à referida prática (BRASIL, 2019b).

O Ministério da Saúde atendeu a recomendação reiterando a autenticidade da expressão em questão, considerou a sua utilização nas ações e documentos oficiais e reconheceu ainda que tais situações ameaçam os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, a saúde e a vida dessa população (BRASIL, 2019c).

De tal modo, compreende-se que a tentativa de abolir a expressão “violência obstétrica” vem para fragilizar o movimento social de mulheres e profissionais de saúde em prol do resgate do parto fisiológico e humanizado, e se caracteriza como um retrocesso às inúmeras recomendações comprovadas cientificamente para uma assistência segura e de qualidade à mulher e ao recém-nascido. O terreno arenoso político, ligado a questões culturais de uma sociedade tipicamente patriarcal e biomédica, impacta diretamente na garantia e manutenção dos direitos conquistados, sobretudo de indivíduos historicamente

vulneráveis.

Nessa perspectiva fica evidente que o enfrentamento a violência obstétrica requer união de esforços da sociedade civil e fortalecimento do ativismo social e político nas reivindicações em prol do resgate do parto fisiológico e humanizado que garantam um cuidado seguro e de qualidade a mulher e ao recém-nascido (TESSER et al., 2015).

4 | CONCLUSÃO

Os desafios para o combate à violência obstétrica no Brasil têm diversas frentes que englobam o rearranjo na formação dos profissionais, que permanece eminentemente tecnocrática, a percepção da usuária enquanto protagonista do processo de nascimento, políticas públicas eficazes e sistema de leis que possam garantir um atendimento digno e livre de danos as gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos.

Acredita-se que repensar a formação e a qualificação das categorias profissionais responsáveis pelo cuidado da mulher, numa perspectiva da medicina baseada em evidências científicas, garantindo atitudes empáticas, respeitosas e, sobretudo, seguras, poderá contribuir para ressignificar o processo do nascimento, tendo em vista que os profissionais de saúde possuem capacidade de desmistificar questões perpetuadas, por meio da educação em saúde, resgatando a autonomia e o protagonismo das usuárias e suas famílias.

Outro ponto que necessita ser trabalhado para que o modelo obstétrico humanístico seja alcançado é a implementação e o monitoramento de políticas públicas que garantam a essa clientela um atendimento acessível, acolhedor e resolutivo, com a consolidação de uma rede de atenção à saúde poliárquica e horizontal capaz de melhorar os indicadores sanitários.

Por fim, a atuação da sociedade civil empoderada inibe qualquer transgressão ou não cumprimento de direito adquirido, devendo, dessa forma, resistir a qualquer tentativa de negligência ou submissão. Ademais, a busca pela penalização legal em relação a qualquer conduta, potencialmente danosa e/ou letal, deve ser permanente para inibir e erradicar situações que depreciam a integridade física, mental e moral da população feminina, independente da fase da vida em que se encontra.

REFERÊNCIAS

1. ÁFIO, A. C. E. et al. **Óbitos maternos: necessidade de repensar estratégias de enfrentamento.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 15, n. 4, p. 631–638, 2014.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).** Brasília(DF):Ministério da Saúde;1983.

3. _____. **Código Penal. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
4. _____. Ministério da Saúde. **Diretrizes de atenção a gestante: a operação cesariana.** Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2016.
5. _____. **Recomendação nº 29, de 7 de maio de 2019.** São Paulo: MPF, 7 set. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-recomenda-ao-ministerio-da-saude-que-atue-contra-a-violencia-obstetrica-em-vez-de-proibir-o-uso-do-termo>. Acesso em: 28 maio 2019a.
6. _____. **Ofício nº 296/2019/COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, de 7 de junho de 2019.** Recomendação nº 29/2019. IC 1.34.001.007752/2013-81. Brasília: MS, 7 jun. 2019. Disponível em: http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 13 jun. 2019b.
7. _____. **Ofício nº 296/2019/COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, de 7 de junho de 2019.** Recomendação nº 29/2019. IC 1.34.001.007752/2013-81. Brasília: MS, 7 jun. 2019. Disponível em: http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 13 jun. 2019c
8. BOURGUIGNON, A. M.; GRISOTTI, M. **Concepções sobre humanização do parto e nascimento nas teses e dissertações brasileiras.** Saúde e Sociedade, v. 27, p. 1230-1245, 2018.
9. DE SÁ, A. M. P. et al. **O direito ao acesso e acompanhamento ao parto e nascimento: a ótica das mulheres.** Rev enferm UFPE on line UFPE on line., Recife, v. 11, n. 7, p. 2683–90, 2017.
10. DE SOUSA LIMA, W. et al. **Assistência ao parto e suas mudanças ao longo do tempo no Brasil.** Multidebates, v. 2, n. 2, p. 41-55, 2018
11. DINIZ, SG et al. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção.** Journal of Human Growth and Development. 2015; 25(3): 377-376
12. DO NASCIMENTO CARNEIRO, M. **A nova cultura científica na obstetria e seus efeitos profissionais (séc. XIX).** História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 6, 2018
13. MENDONÇA, S.S. **Modelos de assistência obstétrica concorrentes e ativismo pela humanização do parto.** Dossiê: Partos, maternidades e políticas do corpo. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 250-271, abr./jun. 2015.
14. OMS. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2014
15. VENTURI, G.; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/SESC-SP; 2013.
16. TESSER, CD et al. **Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer.** Rev Bras Med Fam Comunidade, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO - Possui graduação em nutrição pela Universidade Federal da Grande Dourados concluída em 2017 com a monografia “*Analysis in vitro and acute toxicity of oil of Pachira aquatica Aublet*”. Ainda em sua graduação, no ano de 2013, entrou para o Grupo de Pesquisa Biologia Aplicada à Saúde sendo um de seus membros mais antigos em atividade realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária desde então. Em 2018 entrou no Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal da Grande Dourados com o projeto de pesquisa: “Avaliação da Toxicidade Reprodutiva Pré-clínica do Óleo da Polpa de Pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.)” no qual, após um ano e seis meses de Academia, obteve progressão direta de nível para o Curso de Doutorado considerando seu rendimento acadêmico e mérito científico de suas publicações nacionais e internacionais; além disso, exerce no mesmo Programa o cargo eletivo (2018-2020) de Representante Discente. Em 2019 ingressou também no Curso de Especialização em Nutrição Clínica e Esportiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Atua desde 2018 enquanto bolsista de Pós-Graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desenvolvendo pesquisas em duas principais linhas de atuação: nutrição experimental, na qual desenvolve estudos farmacológicos e ensaios de toxicidade com espécies vegetais de interesse para a população humana; e, nutrição esportiva, no tocante à suplementação alimentar, metabolismo energético, fisiologia do exercício e bioquímica nutricional. Atualmente é revisor científico dos periódicos *Journal of Nutrition and Health Sciences*, *Journal of Human Nutrition and Food Science* e do *Journal of Medicinal Food*. É ainda membro do Corpo Editorial do *Journal of Human Physiology* e membro do Conselho Técnico Científico da própria Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 82, 83, 101
Adesão 64, 68, 70, 71, 72, 87, 91, 114, 115, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 140, 142
Alcoolismo 48, 168
Amamentação 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 118
Antibioticoterapia 175, 177, 180, 181, 182, 184

C

Comorbidades 13, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 169
Contraceptivos 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126
COVID-19 116, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173
Curso de medicina 47, 63

D

Diabetes Mellitus 2, 3, 7, 64, 65, 68, 69, 72
Doença cardiovascular 7, 70

E

Estágio curricular 9, 10, 15

G

Gestação 116, 213

I

Infecção hospitalar 81, 82, 83, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94
Invisibilidade 209

M

Métodos anticoncepcionais 114, 115, 116, 119, 120, 125
Mortalidade infantil 35
Mortalidade materna 33, 35, 36, 37, 40, 41, 210, 212
Motricidade 196, 198, 199, 201, 204

O

Otorrinolaringologia 158, 160, 161, 163, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 173

P

Pandemia 15, 116, 135, 136, 138, 139, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 164, 170, 171

Parto 38, 73, 75, 76, 118, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Perda auditiva ocupacional 155, 156, 158

Plantas medicinais 68, 69, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Política 9, 13, 14, 19, 20, 25, 27, 29, 31, 34, 36, 40, 94, 95, 96, 100, 106, 108, 109, 136, 139, 143, 146, 148, 150, 152, 153, 188, 194, 212

Prática farmacêutica 135, 140, 141, 142

Primeiros socorros 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Psicologia 9, 10, 11, 12, 16, 49, 96, 97, 101, 108, 134

Psicopatia 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109

Psiquiatria 12, 13, 48, 97, 106, 109

Q

Qualidade de vida 6, 67, 71, 75, 80, 110, 111, 112, 113, 129, 133, 140, 142, 155, 198

R

Relactação 73, 75, 76, 77

Resiliência 128, 129, 130, 131, 132, 134

S

Saúde digital 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Saúde do trabalhador 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 162

T

Transtorno do espectro autista 196, 207, 208

U

Unidade básica de saúde 17, 19, 72

Unidade de terapia intensiva 38, 174, 175, 177, 180, 182, 184

V

Vida sexual 99, 114, 123, 127

Violência obstétrica 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2


Ano 2021

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2